

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.368 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2001



CONGRESSO

Alteração do PPA, que já tinha sido aprovada na Câmara, recebeu dos senadores 36 votos a favor e 7 contrários

Informatização de escolas é incluída no Plano Plurianual

Congresso conclui a votação do acréscimo de 16 novos programas no Plano Plurianual de Investimentos. Entre eles, o que prevê a compra de 290 mil computadores para o ensino médio.

PÁGINA 5

Comissão de Orçamento suspende recursos para 121 obras irregulares

Decisão do presidente da CMO, senador Carlos Bezerra, foi tomada com base em relatório de investigações realizadas pelo Tribunal de Contas da União que apontaram problemas graves na execução dos projetos

Senado aprova política de conservação de energia

Substituto da Câmara dos Deputados a projeto do senador Teotonio Vilela Filho que institui uma política nacional de conservação e uso racional de energia foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 4

CPI do Futebol constata desvio de dinheiro do Vasco da Gama

O Vasco da Gama foi um dos principais patrocinadores da campanha para deputado federal de seu então vice-presidente de futebol, Eurico Miranda, em 1998. A afirmação é do senador Geraldo Althoff, relator da CPI do Futebol, que constatou diversas irregularidades na movimentação financeira do clube.

PÁGINA 8



Presidente do TCU, Humberto Souto, entregou ao senador Carlos Bezerra o relatório das investigações

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra, decidiu suspender a liberação de verbas federais para 121 projetos que apresentaram graves irregularidades em investigações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A lista com os projetos foi entregue à comissão na tarde de ontem pelo presidente do TCU, Humberto Souto. A volta da liberação de dinheiro será feita à medida que o tribunal informar como foi resolvido o problema.

PÁGINA 3

Fernando Henrique reuniu-se com os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, na presença do ministro Aloysio Nunes Ferreira

FHC pede ajuda do Legislativo para proteger o país da crise

PÁGINA 5



Nelson Jobim debate na CCJ reforma do Judiciário

Entre os principais pontos da proposta, destacam-se criação de um controle externo e adoção da súmula vinculante, para desafogar a Justiça

Questões como a criação de um órgão externo de controle do Judiciário e a adoção da súmula vinculante serão debatidas hoje, a partir das 10h, pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em audiência pública com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim. O convite ao ministro foi iniciativa do presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também relator da proposta de emenda constitucional que trata da reforma do Judiciário.

A PEC, apresentada em 1992 pelo então deputado Hélio Bicudo, foi aprovada pela Câmara com substitutivo da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). A matéria tramita há um ano no Senado e nesse período a CCJ já realizou quatro audiências para ouvir autoridades do Poder Judiciário.

A idéia da proposta é dotar o Judiciário de mecanismos que possam acelerar os prazos e tornar mais transparentes os procedimentos sobre os processos. Apesar de ser considerada polêmica, alguns pontos têm rece-

bido aprovação de juristas, como é o caso da súmula vinculante — ela estabelece que decisões já deferidas pelo Supremo Tribunal Federal não serão objeto de novos processos nas instâncias inferiores.

Além da audiência pública, está prevista a apreciação pela Comissão de Justiça de uma pauta composta por 17 itens, entre eles projeto da Câmara que estabelece a gratuidade do exame de DNA, com fins de prova de filiação, para os que não possam pagar pelos serviços.

Plenário vota Código de Defesa do Contribuinte

O Senado deve votar hoje o projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte. Entre outros dispositivos, o projeto impede que sejam excluídos dos benefícios fiscais e creditícios oficiais e da participação em licitações públicas os contribuintes com débito fiscal que estejam contestando-o judicialmente.

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça

e Cidadania e de Assuntos Econômicos, o projeto, segundo o autor, estabelece uma relação de igualdade jurídica do cidadão-contribuinte com o fisco, partindo do princípio de que os deveres e os direitos são mútuos e de que nada se presume negativamente contra um



Projeto de lei foi apresentado em 1999 pelo senador Jorge Bornhausen

ou outro.

O Plenário vota também projeto que revoga o cancelamento da tramitação no Congresso de acordos bilaterais firmados com o Canadá. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Artur da Távola reassume e será novo líder do governo no Senado



Artur da Távola

Ao comunicar seu retorno ao Senado, onde além de exercer o mandato desempenhará a função de líder do governo na Casa, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) agradeceu as manifestações de boas-vindas que recebeu de vários parlamentares. Ele lembrou que estava ocupando a Secretaria das Culturas do município do Rio de Janeiro.

Távola elogiou a atuação do seu suplente, Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), que esteve no exercício do cargo desde janeiro deste ano. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) cumprimentaram o senador pelo retorno.

CAS decide sobre venda de remédio a granel

O projeto que permite a venda de medicamentos a granel, na quantidade indicada em receita médica e apresentados na forma de comprimidos, cápsulas, drágeas, tabletes, pílulas, supositórios e ampolas, é uma das matérias da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), marcada para as 9h. O texto em votação é substitutivo apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do então senador Ernandes Amorim.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2001

Presidente
Senador Ramez Tebet

10h — Recebe o presidente do Superior Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello
10h30 — Recebe representantes do Fórum Fisco
11h — Participa da solenidade de lançamento do Programa de Ações Afirmativas para os Negros e Negras no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário
12h — Reunião de líderes e da Mesa Diretora. Sala de Autoridades da Presidência do Senado
15h — Participa da reunião sobre a "Agência do Centro-Oeste". *Ministério da Integração Nacional*
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: substitutivo da Câmara a projeto do Senado que fixa diretrizes para conservação de energia; resolução que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 54,3 milhões; projeto de lei complementar que institui o Código de Defesa do Contribuinte; entre outros.

COMISSÕES

9h — *Comissão de Assuntos Sociais*
Pauta: 07 itens, incluindo projeto que regumenta a profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*
1ª parte: audiência pública para instruir a emenda constitucional que regulamenta a reforma do Poder Judiciário, com a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
2ª parte: 18 itens, incluindo projeto que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass); *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — *Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática*
Pauta: audiência pública para debater a proposta do Ministério das Comunicações para a nova lei de radiodifusão. Local: *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — *Comissão Mista de Orçamento*
Pauta: discussão de relatório apresentado a projeto que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

17h30 — *CPI do Futebol*
Pauta: depoimento do presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva, e do vice-presidente, Antonio Augusto Dunshee de Abranches. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — *Comissão de Fiscalização e Controle*
Pauta: apreciação de Avisos do Tribunal de Contas da União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

PREVISÃO DO PLENÁRIO PARA A SEMANA

Quinta-feira
10h — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que altera redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados); projeto que revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; substitutivo ao projeto do Senado que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; Requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre a relação jurídica financeira contratada entre o Banco do Nordeste (BNB), agência de Barra do Corda (MA), e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda (Copaba); entre outros.
Sexta-feira
9h — *Sessão não deliberativa*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão de Orçamento suspende verbas de 121 obras

Relatório do Tribunal de Contas da União mostra irregularidades graves na execução dos projetos. Liberação de recursos só será retomada à medida que o TCU informar a solução dos problemas



Romero Jucá, que propôs a criação da subcomissão, e Marluce Pinto foram indicados para participar do estudo sobre o salário dos funcionários públicos



Instalada subcomissão que vai estudar reajuste para servidor

Foi instalada ontem a subcomissão de deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento que irá estudar uma forma de elevar o reajuste salarial de 3,5% previsto para o funcionalismo federal no Orçamento de 2002. Ela é presidida pelo deputado João Leão (PPB-BA) e integrada, além de vários deputados, pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

No primeiro encontro, por sugestão do deputado Jorge Bittar (PT-

RJ), a subcomissão decidiu solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão todas as tabelas de salários das categorias do funcionalismo federal, para verificar quais delas tiveram reajustes nos últimos seis anos e meio. A subcomissão foi criada por proposta do senador Romero Jucá, depois que o Executivo informou que, se o Congresso quiser reajustar os servidores em percentual superior a 3,5%, deverá encontrar uma nova fonte permanente de recursos.

Carlos Wilson pede auditoria em contrato da Eletrobrás com a Celpe

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 18h, para deliberar, entre outros itens, sobre requerimento de auditoria contábil, financeira, operacional e patrimonial, de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE), destinada a apurar irregularidades em contrato firmado entre a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). O parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) é pela aprovação do requerimento.

Outro requerimento que deve ser analisado pela comissão solicita fiscalização do controle acionário exercido pela Eletrobrás sobre outras empresas e também de atos administrativos relacionados à Companhia de Energia Elétrica de Rondônia (Cerom). O senador Moreira Mendes (PFL-RO) é o relator da matéria e apresentou parecer pela aprovação.

A CFC analisa ainda relatórios de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Um dos relatórios a serem analisados diz respeito a auditoria feita pelo TCU no Programa de Ação na Área da Saúde, que abrange órgãos estaduais e municipais no estado de Alagoas. O relator da matéria, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), solicitou informações adicionais ao TCU.

Também será examinado relatório sobre auditoria no perímetro de irrigação de Baixio de Irecê, na Bahia. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), relator da matéria, pediu ao TCU maiores informações.

Estarão sendo examinados também relatórios sobre auditorias realizadas no Banco do Nordeste do Brasil, no perímetro de irrigação de Boacica, em Alagoas, e na área de licitações e contratos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), decidiu suspender a liberação de verbas federais para 121 projetos em execução no país que apresentaram graves irregularidades em investigações feitas nos últimos meses pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Foram sorteadas 304 obras para exame e só 94 delas não tinham qualquer problema. A lista com os projetos foi entregue à Comissão de Orçamento na tarde de ontem pelo presidente do TCU, Humberto Souto.

A volta da liberação de dinheiro será feita à medida que o tribunal informar como foi resolvido o problema, o que deverá ocorrer até o final de novembro. A maioria das irregularidades se verificou nas licitações e nas contratações das obras e boa parte ocorreu em trechos de construção ou asfaltamento de rodovias a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Conforme o relatório do TCU, só foram investigadas obras de projetos de investimentos, e as obras com irregularidades estão gastando cerca de R\$ 7,5 bilhões por ano. Humberto Souto disse em entrevista, ao



Com base no relatório do TCU, Carlos Bezerra suspendeu verbas para as obras irregulares

lado do senador Carlos Bezerra, não ser possível saber quanto dinheiro foi desviado nessas irregularidades, e que, a partir de agora, grupos de fiscalização do TCU vão esmiuçar esses projetos. "Com certeza, os responsáveis serão punidos e, se ficar comprovado desvio de dinheiro, ele terá de ser devolvido", frisou.

Desde 1997, o TCU tem trabalhado em acordo com a Comissão Mista de Orçamento, investigando obras suspeitas ou listadas em sorteio e comunicando as irregularidades. Cabe aos deputados e senadores da comissão decidir se os proje-

tos devem continuar recebendo verbas federais – a totalidade volta a contar com dinheiro depois de encerradas as investigações, com a punição dos responsáveis. O projeto mais conhecido com irregularidades é o do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, no qual houve desvio de R\$ 196 milhões. Souto informou que esse processo está terminando e nos próximos meses o TCU o encaminhará à Advocacia Geral da União, para a ação de ressarcimento.

Ainda de acordo com as investigações do TCU, das 304 obras examinadas por sorteio nos últimos meses, em 89 (29,3%) foram verificadas falhas e, nesse caso, os problemas já estão sendo resolvidos. Souto não acredita que serão paralisadas inteiramente as obras dos 121 projetos com graves irregularidades, mesmo com a suspensão das verbas.

– A população não pode ser punida pelas irregularidades dos administradores. Procuramos identificar os problemas, solucioná-los e apontar culpados, recomendando a continuidade das obras – disse Humberto Souto.

Projetos do DNER se destacam em irregularidades

As obras sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) apresentaram o maior número de irregularidades entre os 304 projetos investigados nos últimos meses pelo Tribunal de Contas da União. Exatamente 40 delas apresentaram irregularidades graves, conforme relatório entregue pelo TCU à Comissão Mista de Orçamento. Em segundo lugar estão 21 obras sob a responsabilidade do Ministério da Integração

Nacional, em boa parte projetos de irrigação.

Foram encontradas irregularidades graves também em obras a cargo de Furnas Centrais Elétricas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, Ministério dos Transportes, Eletro-norte, Companhia Brasileira de Trens Urbanos e Fundo Penitenciário Nacional. De seis projetos sorteados e investigados no âmbito da

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, nenhum apresentou problema.

Alguns projetos apresentaram várias irregularidades graves em uma única obra, como a construção do Hospital de Itapipoca (CE), a drenagem do Tabuleiro dos Martins, em Maceió (AL), a conclusão de uma ponte rodoviária em Timon (MA) e o Hospital Central do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá (MT).

Tebet salienta importância do trabalho do TCU

Ao receber ontem do ministro Humberto Souto, presidente do Tribunal de Contas da União, relatório apontando irregularidades em obras públicas, o presidente do Senado, Ramez Tebet, reconheceu a importância do trabalho realizado pelo TCU. Ele observou que o resultado da auditoria chega ao Legislativo em momento oportuno, a tempo de influir na preparação do Orçamento de 2002.

Tebet assinalou que, a partir das conclusões do TCU, o Congresso vai poder atuar, "contribuindo para uma administração cada vez mais transparente".

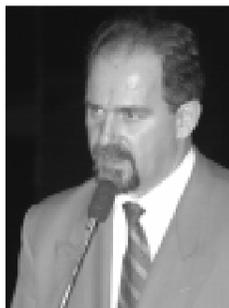
Souto compareceu ao Senado acompanhado pelo ministro Benjamin Zymler, relator da matéria. O ministro disse que cerca de 40% das obras examinadas apresentaram irregularidades graves. "Isso não é bom sintoma, é preciso mais fiscalização", sintetizou.



Humberto Souto entregou a Ramez Tebet o relatório do TCU sobre irregularidades em obras públicas

Senado aprova pesar pela morte de sindicalista

Foi aprovado requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo assassinato do sindicalista e vereador Carlos Alberto Santos de Oliveira, da cidade de Boquim, ocorrido no sábado passado, no município de Pedrinhas (SE). "Foi um bárbaro crime de mando, de pistolagem, que não pode ficar impune, diante da consternação que causou", disse Dutra.



Dutra: "Foi um bárbaro crime de pistolagem"

Segundo o senador, o vereador sempre se destacou na luta contra o trabalho infantil, tendo denunciado, na assembleia da Organização Internacional do Trabalho, as condições desumanas das crianças que trabalham nos laranjais da região centro-sul de Sergipe. Elas estavam perdendo suas impressões digitais, tal a violência do ácido usado na colheita dos pomares, informou. Dutra lembrou que nesta sexta-feira haverá um ato de protesto em Aracaju.

Condolências a família de empresário

O Senado aprovou ontem requerimento para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Gentil Barbosa, no domingo passado, na cidade de Aracaju (SE). Segundo as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família.

O autor do requerimento, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ressaltou a relevância do empresário, um *self-made man* do ramo de supermercados em Aracaju e Salvador, onde tinha 34 lojas com 3.500 empregados, sendo o maior contribuinte de ICMS em Sergipe e terceiro na Bahia.

Segundo Dutra, Gentil Barbosa era um crítico da política econômica do governo, que classificava de "política de entreguismo que apóia o capital estrangeiro, em detrimento das empresas nacionais e dos interesses da população". Ele também criticava a política monetária em vigor no país, "por privilegiar tão-somente o capital financeiro internacional".

Vai à sanção projeto sobre uso racional de energia

Proposta de Teotonio Vilela Filho obriga fabricantes e importadores a reduzir níveis de consumo e aumentar eficiência de aparelhos

O Senado aprovou substitutivo da Câmara a projeto do senador Teotonio Vilela (PSDB-AL) instituindo uma política nacional de conservação e uso racional de energia. O objetivo é a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente. O projeto agora vai à sanção presidencial.

O texto obriga os fabricantes e importadores de máquinas e aparelhos consumidores de energia a adotar as medidas necessárias para que sejam obedecidos os níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência

energética, constantes de regulamentação específica estabelecida para cada tipo de máquina e aparelho, a ser feita pelo Executivo com base em indicadores técnicos pertinentes.

Foi decidido também que o governo desenvolverá mecanismos que promovam a eficiência energética nas edificações construídas no país. Foi rejeitado parágrafo que submetia à apreciação do Conselho Nacional de Política Energética os níveis máximos de consumo específico de energia ou mínimos de eficiência energética, assim como o Programa de Metas.



Teotonio Vilela Filho teve projeto aprovado na forma de substitutivo da Câmara

Bahia é autorizada a contrair empréstimo



Jonas Pinheiro observou que o governo da Bahia cumpriu todas as exigências

Em regime de urgência, o Senado autorizou o governo da Bahia a contrair empréstimo de US\$ 54,3 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). A operação obriga o estado a oferecer uma contrapartida no valor de US\$ 20,6 milhões.

Os recursos serão utilizados no Produzir II – um projeto de combate à pobreza rural no interior

do estado, já em execução pelo governo baiano, cujos resultados foram analisados e aprovados pelo Bird.

O relator da matéria, Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse em seu parecer que o governo da Bahia cumpriu todas as exigências requeridas para fazer jus à operação, apresentando ao Tesouro Nacional inclusive as contragarantias necessárias à obtenção do aval da União.

Começa discussão sobre benefício a setor produtivo

O Senado iniciou a discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados componente dos fundos constitucionais. O percentual resultante desse aumento integrará a parcela relativa aos fundos de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que fica então aumentada de 3% para 4%.

Ademir Andrade defendeu a emenda dizendo que esses fun-

dos já têm trazido significativa melhoria no desenvolvimento dessas três regiões, atendendo notadamente pequenos produtores. Ele explicou que esse é um crédito democrático, capaz de atender de trabalhadores rurais a pequenos comerciantes.

O senador também explicou que aumentar de 3% para 4% esses créditos não modifica em nada os recursos hoje destinados a estados e municípios, apenas reduz o que é destinado à União. Ademir Andrade também disse que sua proposta beneficia 20 dos 27 estados brasileiros, daí ele entender que a maioria dos senadores lutará por sua aprovação.

Relator da matéria na CCJ, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) também defendeu a emenda, dizendo que ela visa au-



Ademir Andrade: crédito atende pequenos comerciantes



Leomar Quintanilha diz que proposta combate desigualdade

mentar recursos para o setor privado que efetivamente contribui com o processo de desenvolvimento das regiões mais carentes do país. Em sua opinião, os recursos no Brasil frequentemente foram dirigidos às regiões mais populosas e mais ricas, e a emenda serve para combater a desigualdade.

Dom Eusebio Scheid recebe congratulações

A pedido do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o Senado aprovou ontem voto de congratulações ao cardeal catarinense dom Eusebio Scheid, que acaba de assumir a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em substituição a dom Eugênio Sales.

Em seu nome e no de Geraldo Althoff (PFL-SC), o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) se associou à homenagem, dizendo que dom Eusebio Scheid honra o clero brasileiro, sendo um orgulho para Santa Catarina que o papa o tenha elevado a cardeal do Rio.

Adiada decisão sobre quem aprova concessões

O Senado adiou a votação de requerimento em que o senador Moreira Mendes (PFL-RO) consultava a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a pertinência de a Comissão de Educação examinar em caráter terminativo os pedidos de outorga e renovação de concessão para emissoras de rádio.

Em Plenário, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que tramita na Casa um projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para que essas autorizações não precisem ser deliberadas em Plenário. Camata informou que tramitam no Ministério das Comunicações 6.500 requerimentos de autorização para emissoras comunitárias. Foi a seu pedido que a decisão sobre o requerimento do senador Moreira Mendes foi adiada.

O Plenário também aprovou projeto de decreto legislativo outorgando permissão à Fundação Maria Rainha da Paz para operar em frequência modulada em Manhuaçu (MG). Aprovou ainda três renovações para emissoras de rádio: a Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte (MG); Rádio 99 FM, de Balneário de Camboriú (SC); e Rádio Difusora Fronteira, de Arroio Grande (RS). E seis associações foram autorizadas a operar em radiodifusão comunitária: Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, de Santo Antão (PE); Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, de Liberdade (MG); Associação Cultural Comunitária de Codó, de Codó (MA); Associação Comunitária Rádio Club FM A Voz de Nazaré, de Manacapuru (AM); Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã, de Ibiaporã (PR); e Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, de Fartura (SP). Os projetos vão à promulgação.

Fernando Henrique quer agenda positiva de votações

Em encontro com Ramez Tebet e Aécio Neves, o presidente da República disse desejar que o Congresso agilize a decisão sobre matérias que podem contribuir para proteger o Brasil da crise provocada pelos ataques aos Estados Unidos

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou aos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, que o Congresso está sendo chamado a colaborar para proteger o Brasil dos efeitos da crise internacional provocada pelos atentados terroristas nos Estados Unidos. Os três se reuniram ontem no Palácio da Alvorada.

Segundo Tebet, Fernando Henrique falou do estabelecimento de uma agenda positiva de votações no Congresso Nacional.

— Ele disse que é preciso toda a atenção, toda a colaboração do Poder Legislativo, é preciso que o Brasil esteja unido nessa hora. E fez votos para que o Congresso agilize as matérias que estão tramitando, para que encontremos o caminho para uma agenda positiva, que é o desejo de todos nós — relatou Tebet.

A queda nos preços do petróleo foi um dos fatos analisados pelo presidente da República durante a reunião. O senador explicou que a notícia sobre a redução do preço “é uma coisa muito boa”, pois as repercussões econômicas são tidas como “o aspecto mais sério” da crise do ponto de vista do Brasil. Por isso, estão merecendo atenção permanente dos ministros da área e de Fernando Henrique.

— O presidente disse que uma avaliação do quadro internacional é muito difícil. Primeiro diziam que a política é igual nuvem, e agora parece que a economia também, pois o preço do petróleo baixou quando ninguém esperava por isso.

Embora preocupado com a situação internacional, Fernando Henrique Cardoso “manifestou confiança” na posição brasileira, de acordo com Tebet.

— O presidente da República está antenado 24 horas por dia, acompanhando de perto o que está acontecendo no mundo, e manifestou preocupação, mas ao mesmo tempo confiança.



Fernando Henrique reuniu-se no Palácio da Alvorada com os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves

Jorge Bornhausen leva a Ramez Tebet apoio do PFL

Ramez Tebet recebeu ontem do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), apoio do Partido da Frente Liberal a sua gestão na Presidência do Senado. Ao final do encontro,

os dois parlamentares destacaram não haver veto do PFL ao novo presidente da Casa. De acordo com Bornhausen, houve uma “interpretação equivocada” sobre a saída de vários parlamentares do PFL do Plenário, logo após a proclamação do resultado da eleição de Ramez Tebet para a Presidência do Senado. “Foi apenas uma coincidência, não houve qualquer intenção. E os que saíram naquela hora é porque já tinham compromissos assumidos”, explicou.

Ramez Tebet declarou-se “feliz” com o esclarecimento e manifestou confiança em que, dessa forma, se caminhe “para o bom andamento dos trabalhos no Senado, dado que isso é do interesse comum de todos os partidos”.

Com relação à indicação do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bornhausen e Tebet disseram ser um “direito” do líder do PMDB fazer a indicação. Afirmaram, no entanto, que a medi-



Bornhausen afirmou a Tebet que não há veto do PFL ao novo presidente do Senado

da não terá efeito prático sobre o pleito do senador paraense a ser apreciado pelo colegiado.

A comissão analisará recurso do ex-presidente do Senado reivindicando ser ouvido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar antes de o órgão deliberar sobre eventual processo por quebra de decoro. Bornhausen acredita que Jader “não poderá votar em causa própria”, temendo por um “constrangimento”. O presidente do PFL acredita que “deverá ser assegurado amplo direito de defesa a Jader Barbalho, caso se evolua da atual fase de investigação para a etapa do processo”.

O presidente do Senado disse preferir não emitir juízo sobre a questão. Ele apenas lembrou decisão, “quando era presidente do Conselho de Ética, em caso semelhante”. Na ocasião, o então senador José Roberto Arruda, que integrava o conselho, não quis votar a representação que o acusava de quebra de decoro por participação na violação do painel eletrônico.

Congresso conclui votação de mudanças no PPA

O Congresso concluiu a votação, na noite de ontem, das alterações no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2000-2003, acrescentando 16 novos programas, entre eles o Fundo de



Tebet presidiu a reunião do Congresso em que o Senado aprovou alterações no Plano Plurianual

Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A reunião foi encerrada pelo presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) depois de grande discussão entre os parlamentares. A oposição queria que a matéria — após a aprovação pelo Senado do substitutivo do relator, deputado Santos Filho (PFL-PR), e dos quatro destaques acatados por ele e aprovados nas duas Casas — fosse encaminhada à Comissão Mista de Orçamento para apreciação de sua redação final. Os deputados e senadores da base governista discordaram, argumentando que o assunto deveria ser encerrado no próprio Plenário. Tebet decidiu não encaminhar a matéria à Comissão de Orçamento.

O resultado da votação do substitutivo no Senado foi de 36 votos favoráveis e 7 contrários. A matéria já tinha sido aprovada pelos deputados na sessão do Congresso de quarta-feira passada, com 255 votos favoráveis, 13 contrários e 4 abstenções. Após a votação no Senado, foram aprovados os quatro destaques acatados pelo relator.

Com a aprovação das alterações no PPA e a inclusão do Fust, fica aberto para o governo o caminho para implantação Programa Telecomunidade, que prevê a instalação de 290 mil computadores em 13,5 mil escolas do ensino médio em todo o país até o final do próximo ano. A idéia do governo é oferecer um computador, ligado à Internet, para cada grupo de 25 alunos.

Além dos 16 novos programas, o Executivo mudou os nomes de 44 e os objetivos de 96 programas do PPA. São estes os 16 novos programas:

- Programa de Universalização dos Serviços de Telecomuni-

cações (Fust).

- Programa Responsabilidade Fiscal para a Estabilidade (para implementação da lei com o mesmo nome).
- Programa Esporte na Escola (fomentar a prática de esportes escolares).
- Programa Governo Eletrônico (oferecer serviços por meio eletrônico).
- Programa Comércio Eletrônico (inclusive instituir legislação sobre este comércio).
- Programa Educação Fiscal (conscientização sobre a relação impostos-serviços).
- Programa Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais (objetivando exportação).
- Programa Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (melhoria de coleta de lixo e seu tratamento).
- Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres (geração de renda).
- Programa Proteção da Adoção Internacional (implementar ações de proteção às crianças).
- Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (tratamento de esgotos lançados nos rios).
- Programa Gestão da Política de Comunicações (estudar programas do setor).
- Programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações (estimular inovações e capacitação de profissionais).
- Programa Mobilização para a Defesa Nacional (preparo de ações).
- Programa Operações Militares (permitir que o Ministério da Defesa centralize a coordenação e recursos para ações das Forças Armadas).
- Programa Gestão Política de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Alberto Pasqualini



100 ANOS

O centenário de nascimento do ex-senador Alberto Pasqualini foi lembrado ontem pelo Plenário. Participaram da solenidade, proposta por Pedro Simon, amigos e familiares de Pasqualini. Senadores lembraram a importância do pensamento do trabalhista na atuação de várias lideranças políticas brasileiras.

Senado presta homenagem a Alberto Pasqualini

O Senado prestou ontem homenagem ao ex-senador e advogado gaúcho Alberto Pasqualini, no centenário de seu nascimento. Estavam presentes à solenidade amigos e familiares do homenageado, além de deputados e autoridades governamentais. O autor do requerimento da homenagem, senador Pedro Simon (PMDB-RS), também lançou, no Salão Nobre do Senado, o livro *Alberto Pasqualini – Textos Escolhidos*, com artigos e discursos do ex-senador.

Ao discursar na hora do expediente, dedicada à homenagem, Simon enalteceu as qualidades morais de Pasqualini, sua posição de maior ideólogo do trabalhismo brasileiro e fundador de doutrina política, econômica e

social que antecipou a chamada Terceira Via, aplicada atualmente pelos trabalhistas britânicos.

Simon citou os fatos mais marcantes da biografia do ex-senador, analisou as posições de Pasqualini sobre os temas dominantes de seu tempo, em especial a pobreza, a importância da defesa do trabalhador, a desigualdade social, a urgência da reforma agrária e a necessidade de um Estado eficiente e confiável para inspirar cidadania.

– Pasqualini escreveu, em 1944, que o analfabetismo, a falta de ocupação e a miséria poderiam criar uma situação de insegurança que evoluiria para uma criminalidade irreprimível. Até parece que ele estava antevendo a explosão de violência que ocor-

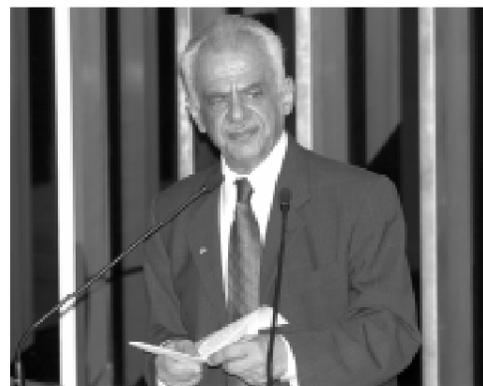
re hoje nas grandes e médias cidades do Brasil.

IMPUNIDADE

Simon disse que, ao estudar os escritos e pronunciamentos de Pasqualini, um fato lhe chamou atenção: ele não se refere à corrupção.

– Isso seria impensável nos dias de hoje, para qualquer homem público que quisesse avaliar a vida brasileira, pois a corrupção ocupa o centro de qualquer conversa política – disse Simon, inferindo ser esse problema “uma faceta nova e abominável” da vida pública do Brasil.

O senador frisou que o país precisa deixar de ser a pátria da impunidade, enviando corruptos e corruptores para a cadeia. “Digo e repito que quem sonega



Simon: Alberto Pasqualini tinha como preocupação o combate à pobreza e à desigualdade social

imposto tem que ser punido”, afirmou, manifestando a certeza de que Pasqualini concordaria com ele quanto à necessidade de se mudar a legislação e adotar atitudes concretas para eliminar a impunidade.

Simon afirmou que, com a ho-

menagem em Plenário e a publicação da obra de Pasqualini, pretendeu dar ao povo brasileiro “a memória de uma lição de cidadania, de civilidade e de amor ao Brasil”, que ele teve o privilégio de ter recebido do próprio Alberto Pasqualini.

Fogaça ressalta a influência no pensamento de Goulart e Brizola

Na homenagem prestada ao centenário de nascimento de Alberto Pasqualini, o senador José Fogaça (PMDB-RS) definiu o político gaúcho como “construtor de conceitos e um ideólogo que teve larga influência na política” do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para o senador, “tudo o que se vai encontrar mais tarde em João Goulart e Leonel Brizola se alimenta dos conceitos emitidos por Pasqualini”, que integrou o Partido Trabalhista Brasileiro e foi vereador e senador.

Fogaça lembrou que a “figura maiúscula” do político surgiu quando Alberto Pasqualini assumiu a Secretaria do Interior e Justiça na interventoria de Ernesto Dornelles no estado, que convidou também o político Valter Jobim. Os dois secretários, disse o senador, brilharam tanto que, ao final do mandato, em 1947, disputaram o governo, com Jobim saindo vitorioso. O episódio, no entanto, não fez de Pasqualini uma figura menor, observou

Fogaça. “Ao contrário”, a partir daí ele começa a escrever sobre política e passa a crescer politicamente.

– Ele não precisava de mandato para fazer política – afirmou Fogaça, lembrando que Pasqualini seria derrotado ainda mais uma vez nas eleições para o governo do estado.

O senador relatou que, em 1968, ao ler o livro de Pasqualini *Bases e Sugestões para a Política Social*, mudou suas posições po-

líticas. Fogaça disse que, a partir da densidade do texto e do seu desejo de encontrar um caminho intermediário para o futuro do Brasil, foi aos poucos aprendendo que uma reforma social, mesmo sem desapropriar os meios de produção, não era fator de impedimento para que o mundo mudasse para melhor.

– Tornei-me mais condescendente com a idéia de que o mundo pode avançar gradualmente – concluiu.



Segundo Fogaça, Pasqualini mostrou que o mundo pode avançar gradualmente

Para Rocha, as idéias do trabalhista continuam atuais

Alberto Pasqualini inspirou as reformas de base, que não foram compreendidas pelas elites que apoiaram a ditadura militar, avaliou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) durante homenagem ao centenário de nascimento do principal ideólogo do trabalhismo brasileiro. O senador disse que as idéias de Pasqualini continuam atuais e são fundamentais para diminuir as desigualdades sociais.

Rocha citou pronunciamento de Pasqualini de 1961, em que defendeu a implementação de mudanças. Segundo o trabalhista, reforma de base deveria extirpar os “cancros sociais”. A argumentação de Pasqualini baseia-se na necessidade de mudanças na forma de fazer política. “Todo objetivo da ação política deve ser eminentemente social e consistir em orientar a coletividade a organizar as atividades que nela se desenvolvem em ordem, criar a maior soma de bens materiais e imateriais, assegurar sua distribuição de acordo com as necessidades de cada um e o grau



Sebastião Rocha citou discurso em que Pasqualini defendia mudanças na forma de fazer política

e valor de sua contribuição para a produção desses bens”, expunha Pasqualini.

O senador ressaltou a importância de Pasqualini para o PDT, partido que o homenageia dando o nome dele ao seu instituto de estudos políticos. “É o grande ideólogo do trabalhismo que tem ajudado o PDT a seguir adiante”.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PR), que ingressou no PDT no último sábado, reafirmou a importância de Pasqualini para o partido.

Alberto Pasqualini



100 ANOS

Na homenagem a Alberto Pasqualini, Emilia Fernandes afirmou que o trabalhista gaúcho já alertava para a necessidade de suprir as necessidades dos mais pobres. Na avaliação de Ramez Tebet, presidente da Casa, o ex-senador marcou sua passagem pela vida pública como exemplo de dignidade pessoal e acuidade intelectual.

Para Emilia, ex-senador antecipou soluções

Na homenagem ao centenário de nascimento de Alberto Pasqualini, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) classificou a trajetória de vida do ex-senador como “exemplo do poder que as convicções têm de levar adiante os que delas se imbuem”.

Segundo disse, Pasqualini “foi um grande inovador de idéias políticas no seu tempo”, antecipando soluções e propostas de mudanças. Para efetivá-las, lembrou a senadora, Pasqualini reservou à educação papel de relevância na construção de uma nova sociedade.

– A organização social e econômica será sempre reflexo de uma mentalidade. E enquanto essa mentalidade não evoluir e se aperfeiçoar, enquanto o homem não aprender a moderar os seus instintos egoístas e incluir,

como condição de sua felicidade a felicidade alheia, não poderemos ter esperanças de que haja paz, segurança e bem-estar. Não haverá transformações sociais estáveis e duradouras se não se reformar, ao mesmo tempo, o caráter do homem. O que é necessário, por isso, é educá-lo, cultivar-lhe o lado bom e nobre da personalidade.

Emilia assinalou que Pasqualini buscou, nas atividades que desempenhou, traduzir em atitudes os princípios que nortearam sua vida. Desse modo, em 1945, lançou a União Social Brasileira (USB), projeto que espelhava suas idéias sobre desenvolvimento econômico e reformas sociais, “que já se tornavam ingentes àquela época”. Ela explicou que o ideário da USB serviu de base para a criação do Partido Traba-



Pasqualini reservou à educação papel de relevância na construção de uma nova sociedade, disse Emilia

lhista Brasileiro, que fez de Pasqualini um dos pais do trabalhismo no país.

A senadora também lembrou as idéias de Pasqualini sobre desenvolvimento econômico, quando alertou para a necessidade de su-

prir as necessidades dos mais pobres. Para ele, a inflação servia apenas para “espoliação das classes proletárias e enriquecimento dos mais ricos”, que não vivem de salário. Pasqualini defendia a união e harmonização dos fatores de produção e o assentamento das bases da economia num plano de cooperação, solidariedade e justiça social. “O capitalismo, na sua forma individualista e egoísta, é a origem e a causa de todos os males que atormentam o mundo”, afirmava Pasqualini.

NACIONALISMO

Emilia destacou ainda a luta do ex-senador na defesa do monopólio estatal do petróleo, que levou à criação da Petrobrás, e a autoria do projeto de lei que criou o Banco Central do Brasil e a estrutura que resultou no Ban-

co Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– Com a convicção dos que sabem ver ao longe na estrada da vida, defendia que determinados setores estratégicos de exploração de riquezas nacionais não deveriam sequer ficar com o capital privado nacional, sendo reservado ao Estado o dever de fazê-lo.

Homem de saúde débil, lembrou Emilia, Pasqualini “teve na força de seu caráter a capacidade de marcar indelevelmente o seu tempo e os tempos que hão de vir”. Seja no campo da atividade econômica, organização do Estado, organização social ou em qualquer outro domínio da cidadania, Pasqualini, ressaltou a senadora, “deixou lições a serem aprendidas e diligentemente aplicadas no Brasil”.



Ramez Tebet, presidente do Senado, entre o ministro Nelson Jobim, do STF, e Almir Pazzianotto, do TST, durante a homenagem a Alberto Pasqualini

Tebet aponta o amor às idéias e o senso prático de Pasqualini

Os principais legados de Alberto Pasqualini são o amor às idéias, que fez dele um refinado intelectual, e o senso prático, que lhe deu a dimensão da importância da organização política, afirmou o presidente do Senado, Ramez Tebet, ao encerrar a homenagem ao centenário de nascimento do ex-senador gaúcho. Tebet disse que, ao conjugar teoria e prática, Pasqualini foi o grande formulador do trabalhismo, sem abdicar da

defesa da organização partidária.

– Pasqualini marcou sua passagem pela vida pública como exemplo de dignidade pessoal, acuidade intelectual, zelo político e intensidade de ação.

Para Tebet, Pasqualini deixou um exemplo edificante para o Parlamento não apenas por sua formulação teórica para o trabalhismo, mas “também por ter sonhado com uma sociedade mais justa e igualitária”.

Um dos brasileiros mais notáveis, diz Carlos Wilson

Primeiro-secretário da Mesa, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) prestou homenagem ao centenário de nascimento do trabalhista Alberto Pasqualini, apontando-o como “um dos mais notáveis brasileiros da história da República”. Carlos Wilson disse que Pasqualini se notabilizou “não apenas por ter dado razão pragmática ao trabalhismo no Brasil”, mas por ser um pensador livre “que honrou a

vida pública e o Senado”.

Carlos Wilson citou declarações de Pasqualini, destacando a que o político fala das necessidades da população, “que geralmente não são supridas, como saúde, educação, alimentação e justiça”. Disse ainda que o pensamento do ex-senador gaúcho é atual, uma vez que o brasileiro continua sem o atendimento de suas necessidades.



Carlos Wilson: trabalhista se notabilizou por ser “um pensador livre que honrou a vida pública”



Ramez Tebet cumprimenta Pedro Simon, durante lançamento, no Salão Nobre do Senado, do livro *Alberto Pasqualini – Textos Escolhidos*, com artigos e discursos do ex-senador gaúcho. Também o cumprimentaram a senadora Marluce Pinto e o senador Bernardo Cabral.

Vasco patrocinou campanha de Eurico, diz Althoff

Relator da CPI do Futebol afirma que atual deputado federal e presidente do clube também recebeu depósitos em suas contas no total de R\$ 435 mil, e que as irregularidades incluíram até o pagamento de suas despesas pessoais

O Vasco da Gama foi um dos principais patrocinadores da campanha do seu então vice-presidente de Futebol, Eurico Miranda, deputado federal em 1998, afirmou o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O clube, afirmou o senador, repassou ao dirigente vascaíno cerca de R\$ 600 mil usando um "laranja" de nome Aremithas José de Lima, funcionário do departamento de futebol do Vas-



co há mais de 20 anos. Althoff revelou também que o Vasco drenou recursos para a campanha eleitoral de três candidatos a deputado estadual ligados ao clube. E ainda que, de 1995 a 1997, cheques no valor de R\$ 435 mil, devidamente assinados pelo então presidente do clube, Antônio Soares Calçada, e pelo vice-presidente de Finanças, Mário Cupello, foram parar nas contas de Eurico Miranda. As revelações foram feitas na presença de Cupello, que

ainda ocupa o cargo de vice-presidente de Finanças e compareceu ontem à CPI pela segunda vez.

Mário Cupello negou que o Vasco tenha dado dinheiro para a campanha eleitoral de Eurico. Alegou nunca ter tomado conhecimento de movimentações bancárias paralelas motivadas por interesses eleitorais. E afirmou desconhecer que Aremithas José de Lima seja um "laranja". Depois de manusear cópias de vários cheques apresentados a ele, disse que os cheques eram destinados ao "ressarcimento de despesas".

Com base em informações retiradas dos próprios livros contábeis do Vasco, o relator da CPI afirmou que o clube, ao longo desses anos, pagou até as despesas pessoais de Eurico Miranda. Além disso, quatro empresas em que Eurico Miranda é sócio, entre as quais a Imobiliária Same, foram beneficiadas com dinheiro do clube, com depósitos provenientes da conta de Aremithas, que se nega a depor na CPI alegando "problemas de saúde".

Mário Cupello informou que cerca de R\$ 2,3 milhões foram

depositados no passado na conta de Aremithas José de Lima. Segundo ele, isso ocorreu porque as contas do clube estavam bloqueadas em razão de um processo judicial relacionado ao caso Denner, atacante do clube morto em abril de 1994 em acidente automobilístico. Cupello não soube responder, no entanto, por que o clube, entre 1995 e 1997 – mesmo período em que as contas bancárias estavam supostamente bloqueadas –, movimentava contas no valor de R\$ 16,5 milhões no Bradesco e no HSBC.



Althoff e Álvaro Dias durante o depoimento de Mário Cupello, vice de Finanças do Vasco

Vice de Finanças não explica operações suspeitas

O vice-presidente de Finanças do Vasco da Gama, Mário Cupello, negou que tenha qualquer responsabilidade sobre a atuação do funcionário do departamento de futebol Aremithas José de Lima, suspeito de atuar como "laranja" em operações patrocinadas por dirigentes do clube. Em seu depoimento, ontem, na CPI do Futebol, Cupello disse desconhecer depósitos feitos na conta de Aremithas de 1995 a 2000, no valor total de R\$ 13,5 milhões. Para o relator da CPI, senador Geraldo Althoff, é estranho que Cupello, apesar de estar à frente dos negócios do clube, desconheça a quantia depositada na conta pessoal de Aremithas.

Indagado sobre a utilização do dinheiro que era depositado na conta de Aremithas, Cupello afirmou apenas que os recursos eram para pagamento de "despesas do Vasco". Mas não soube precisar quais eram essas despesas, porque, informou, vai à sede do Vasco apenas às terças e quintas-feiras, após as 18h, o que provocou irritação de Althoff.

— Como pode o homem responsável pelo controle de milhões de reais de um dos maiores clubes

brasileiros comparecer duas vezes por semana ao Vasco e desconhecer transações milionárias? Isso mostra como anda de mal a pior o futebol brasileiro — afirmou o senador.

Cupello também disse desconhecer cheques datilografados pela mesma máquina que preenche os cheques do clube e destinados a empresas imobiliárias, empreiteiras e pessoas físicas, assinados por Aremithas José de Lima, envolvendo milhões de reais. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse estranhar que o vice-presidente de Finanças do clube não tenha conhecimento dessas transações. "Afim de contas, qual a sua função no clube?", perguntou. Cupello ficou em silêncio, mas Althoff leu parte do regulamento interno do Vasco, mostrando que a função do vice de Finanças é acompanhar tudo o que diz respeito às contas do clube.

REMESSA

Mário Cupello declarou também desconhecer o destino de um cheque no valor de US\$ 110 mil que o clube recebeu da Confederação Sul-Americana de Futebol, e que foi endossado pelo então vice-presi-

dente de Futebol do clube, Eurico Miranda, e depositado em Nova York em uma conta com o nome fantasia de *Diamond*.

Apesar de garantir que o Vasco não tem conta bancária fora do país, Cupello admitiu que o clube remeteu cerca de R\$ 12 milhões ao exterior para compra de jogadores, de forma que não soube especificar. O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), informou, com base em outros depoimentos de dirigentes vascaínos, que o dinheiro foi remetido por Eurico Miranda. Mas acrescentou não ter conhecimento da compra de jogadores estrangeiros na época em que o Vasco remeteu os R\$ 12 milhões.

Geraldo Althoff quis saber os motivos pelos quais foi depositada na conta pessoal do vice-presidente do Vasco, Antônio Frutuoso Peralta, a quantia de R\$ 1 milhão, conforme comprova documentação bancária. Cupello afirmou desconhecer a transação, mas garantiu que Antônio Peralta "sempre cumpriu com as suas obrigações perante o clube" e que as suas contas nunca mereceram desaprovação da direção.

Dirigentes do Flamengo prestam depoimento hoje

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar irregularidades no futebol brasileiro ouve hoje dois dirigentes do Clube de Regatas do Flamengo, do Rio de Janeiro: o presidente do clube, Edmundo dos Santos Silva, e o vice-presidente Antônio Augusto Dunshee de Abranches.

Autor do requerimento de convocação dos dois, o relator da CPI, senador Geraldo Althoff, entende que o depoimento de Ed-

mundo dos Santos Silva se justifica pelo fato de ele não ter cumprido a promessa feita à comissão, em audiência pública anterior, de encaminhar no prazo de 24 horas a documentação necessária para comprovar a veracidade de suas declarações. Já a presença de Dunshee de Abranches servirá para esclarecer a origem de uma conta bancária nas Ilhas Cayman em nome do Flamengo.

Videoconferência inaugura Interlegis na Paraíba

Com uma videoconferência sobre o tema "A importância da informatização dos Poderes Legislativos no Brasil", a ser realizada entre os estados da Paraíba, Pernambuco e Rondônia e o Distrito Federal, será inaugurado hoje o Centro de Treinamento e Integração em Tecnologia da Informação do Projeto Interlegis na Paraíba. A cerimônia do corte da fita inaugural será às 10h30, no edifício da Assembleia Legislativa do estado. A videoconferência será às 11h30.

O Interlegis é uma rede de comunicação e informação para os parlamentares brasileiros nas esferas federal, estadual e municipal. A rede terá dois níveis de acesso, um restrito aos parlamentares e órgãos do Legislativo e outro aberto à sociedade em geral. O projeto contempla as 27 assembleias legislativas e cerca

de 5.500 câmaras municipais.

Participarão da videoconferência, no Distrito Federal, o primeiro-secretário do Senado e diretor nacional do Projeto Interlegis, Carlos Wilson (PTB-PE), o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Efraim Moraes (PFL-PB), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Inaldo Leitão (PSDB-PB). Na Paraíba, serão conferencistas o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gervásio Maia, e o senador Ney Suassuna (PMDB-PB); em Pernambuco, três deputados estaduais: o presidente da Assembleia Legislativa, Romário Dias, a líder do PFL, Tereza Duere, e o líder do PSDB, Antonio Moraes; e em Rondônia, o primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Francisco Carvalho da Silva.

Jader vai ao STF para adiar votação do relatório

Mandado de segurança foi impetrado ontem pelo senador para impedir que o Conselho de Ética vote amanhã o texto com o resultado das investigações sobre denúncias de que ele estaria envolvido em irregularidades no Banpará

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) impetrou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), mandado de segurança para impedir a votação, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do relatório que pede abertura de processo contra ele por quebra de decoro parlamentar. A votação está prevista para amanhã. Jader alega que o conselho não tem lhe garantido o direito constitucional a ampla defesa. Ele pretende também que sejam concluídos o processo que corre no Supremo e as perícias que a Justiça paraense promove no Banco do Estado do Pará (Banpará).

O mandado contém pedido de decisão liminar para que a reunião do conselho seja suspensa até que o mérito da questão seja julgado. "Caso não seja concedida a liminar, nenhum efeito terá uma possível decisão de concessão da segurança. Àquela altura, o relatório já terá sido votado, possivelmente aprovado e, nesta circunstância, a ameaça de lesão ao direito terá se consumado", diz o



Jader Barbalho alega que o Conselho de Ética não lhe deu oportunidade para se defender das acusações

mandado de segurança.

A argumentação da defesa de Jader é que o Conselho de Ética extrapolou suas atribuições ao investigar possível participação do senador no desvio de recursos do Banpará, e não o fato que gerou o processo — se o senador mentiu sobre o assunto. "Os trabalhos foram conduzidos no sentido de se apurar se (Jader) realmente estava envolvido, ou não, no caso Banpará. Mais do que apurar a veracidade ou falsidade de sua declaração, passou-se a investigar

a correção ou incorreção do relatório do Banco Central", consta do documento.

Outra alegação é que os senadores que integram o Conselho de Ética "se imiscuíram em assuntos" que já vêm sendo analisados pela Justiça. Jader ressalta o fato de ter solicitado a realização de perícia pelo Judiciário paraense nos documentos do relatório do Banco Central sobre o caso.

Jader disse ainda que o conselho não lhe deu oportunidade de ser ouvido em sessão aberta e "com transmissão para todo o país". Ele evocou exemplos de outros processos no Conselho de Ética para argumentar que vem sofrendo um tratamento diferenciado. "Antonio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e Luiz Estevão foram ouvidos, mas parece que há um medo de me ouvir. A sociedade brasileira quer ter a oportunidade de assistir ao depoimento. Quero ser ouvido publicamente pela população brasileira."

Jader informou que não votará hoje na reunião da CCJ, que analisará o requerimento do próprio senador pedindo ampla defesa antes da votação do relatório.

CCJ vota hoje pedido para ampla defesa

O relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR), contrário ao pedido do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para defender-se perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar antes da instauração de processo por quebra de decoro, será votado logo após a abertura dos trabalhos da reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A informação é do presidente do colegiado, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Cabral disse também que a audiência pública com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim, sobre a reforma do Judiciário será realizada logo após a votação do requerimento de Jader, por volta das 11h.

— Não servirei de instrumento de instrumento

para procrastinar nenhuma decisão — afirmou Cabral, que disse também já ter sido informado de que o PSDB pretende solicitar, na reunião, a vaga atualmente ocupada por Osmar Dias, que deixou o partido e ingressou no PDT. Os senadores Pedro Piva (PSDB-SP), líder interino do partido, e Romero Jucá (PSDB-RR), postulante à função, não confirmaram a informação.

Caso a troca ocorra, o Bloco Oposição já anunciou que irá indicar Osmar Dias para uma das vagas que possui na CCJ, provavelmente no lugar do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), comunicou o líder opositor, José Eduardo Dutra (PT-SE).

ARGUMENTO

Osmar Dias informou, em entrevista, que baseou sua recusa ao pedido de Jader no próprio argumento utilizado pelo senador paraense, que cita preceito constitucional para solicitar o direito a ampla defesa. Como explica o relator, a Constituição define que esse tipo de defesa só se aplica quando já existe processo instau-

rado e não apenas inquérito, fase atual das investigações.

Se o relatório de Osmar Dias receber pedido de vista, a matéria ficará prejudicada, pois o Regimento Interno do Senado define que o parecer da CCJ deverá ser encaminhado ao autor da consulta, no caso o Conselho de Ética, dentro de 48 horas, prazo que vence ao final do dia de hoje.

Caso o conselho não receba o resultado da CCJ até a reunião marcada para as 9h de amanhã, o

presidente daquele órgão, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), fará a votação da questão de ordem de Jader no âmbito do colegiado mesmo sem o parecer, como já comunicou.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), negou que exista manobra na indicação do

senador Jader Barbalho para ocupar vaga do partido na CCJ. "Não é manobra, pois isso seria ineficaz, já que Jader é apenas um voto no colegiado", afirmou Renan, observando que o ex-presidente do Senado poderá defender-se na reunião mas não deverá votar o relatório de Osmar Dias.

CONSELHO DE ÉTICA

Ao anunciar que o Conselho de Ética votará na reunião de amanhã o relatório do caso Jader, o presidente do órgão, Juvêncio da Fonseca, anunciou que, antes, serão deliberados os requerimentos que forem apresentados, entre eles o pedido do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) para a realização de perícias nas provas contra Jader por um período de 60 dias.

— Por fazer parte do expediente, eu tenho que votar primeiro os requerimentos, mas sei que essa matéria será rejeitada porque isso só cabe na fase de produção de provas, que não é agora. Não tem como protelar mais esse assunto. Nós iremos votar com certeza — garantiu Juvêncio.

Para Heloísa Helena, recurso a comissão "teve caráter protelatório"

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o mandado de segurança impetrado por Jader Barbalho (PMDB-PA) no Supremo Tribunal Federal (STF) demonstra que o recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentado pelo parlamentar, "teve caráter meramente protelatório". O mandado objetiva impedir a votação, no Conselho de Ética, do relatório que pede a abertura de processo por quebra de decoro contra Jader.

Na avaliação de Heloísa Helena, não era intenção de Jader discutir a constitucionalidade do direito à ampla defesa nessa fase das investigações. "Ele (Jader) fez o recurso por questões meramente protelatórias e não queria discutir a constitucionalidade", disse. A senadora acredita que a decisão do STF irá respeitar a definição do Regimento



Heloísa Helena considera que intenção de Jader não era discutir na CCJ o direito à defesa

do Senado para o direito a ampla defesa.

RELATOR É CONTRA

De qualquer forma, a CCJ reúne-se hoje para votar o requerimento de Jader. O pedido terá o relatório contrário, conforme antecipou o senador Osmar Dias (PDT-PR). No entendimento do relator, o direito a ampla defesa só pode ser concedido depois que for instaurado o processo.

No Conselho de Ética — caso a reunião de amanhã seja mantida

—, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentará voto em separado. Nabor pretende que as investigações no conselho sejam suspensas até que se conclua as investigações sobre o desvio de recursos no Banpará.

— Se ficar comprovado, não há alternativa a não ser condená-lo, não apenas na Justiça, mas também no Senado. O que não podemos é condenar um companheiro sem provas — observou Nabor.

Comissão aprova língua de sinais em mensagem na TV

Projeto acolhido em caráter terminativo pela Comissão de Educação seguirá logo para a Câmara se não for apresentado recurso ao Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do então senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) que torna obrigatório o uso da linguagem de sinais, utilizada



De autoria do senadora Emilia Fernandes, proposta foi acolhida na forma de substitutivo elaborado pelo relator, Nilo Teixeira Campos

universalmente pelos surdos-mudos, em todas as mensagens do governo federal na televisão.

Apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), o projeto determina que, 90 dias após transformado em lei, as mensagens televisivas dos poderes da União, como manifestações oficiais de seus membros e campanhas institucionais, serão veiculadas pela televisão acompanhadas de interpretação na linguagem dos sinais. Caso não seja apresentado recurso por um décimo dos senadores, para votação do projeto pelo Plenário do Senado, a matéria será enviada logo ao exame da Câmara dos Deputados.

O projeto original foi modificado em dois pontos pelo relator. Nilo Campos propôs excluir da aplicação imediata da lei os programas de propaganda eleitoral

gratuita, que terão até 1º de janeiro de 2006 para adotar a linguagem, caso o projeto seja aprovado. O relator também incorporou voto em separado do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que propôs a supressão da alternativa de transcrição em legenda oculta. Suassuna esclareceu que, em contato com líderes e especialistas convenceu-se de que a adoção dos dois mecanismos — a língua brasileira de sinais e a legenda oculta — confundiria o espectador.

Ao justificar o projeto de sua iniciativa, Emilia Fernandes observou que, por motivos diversos, pobres, idosos e deficientes são as grandes vítimas da exclusão, que os tornaria cidadãos de segunda classe:

— O objetivo da minha proposta é incluir os deficientes auditivos na sociedade da informação,

na sociedade de mercado que caracteriza nosso mundo ocidental, inserindo-os definitivamente no mercado, para transformá-los em consumidores mais ativos e conscientes — esclareceu a senadora Emilia Fernandes.

DESPEDIDA

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), homenageou o relator do projeto, Nilo Teixeira Campos, pela presteza com que apresentou seus relatórios e por ter participado na apreciação de "assuntos substantivos na área da educação".

Nilo Campos se despediu ontem do Senado, porque o titular da cadeira, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que se licenciara para assumir a Secretaria das Culturas da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi indicado para a liderança do governo no Senado e reassumiu o mandato. Os demais integrantes da comissão acompanharam Ricardo Santos na homenagem.

Audiência pública discutirá exigência de programa local

A Comissão de Educação vai debater em audiência pública projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que estabelece que 50% da programação das emissoras de rádio e televisão seja produzida localmente. Requerimento neste sentido, do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator do projeto, foi aprovado ontem pela comissão. A lista de convidados ainda não foi apresentada pelo senador.

Maldaner já havia antecipado que seu voto seria pela aprovação da matéria, que integrava a pauta da CE na reunião da terça-feira da semana passada. No entanto, argumentando que havia recebido solicitações de vários

setores envolvidos com a atividade de programação de televisão, interessados em debater o assunto, ele solicitou a realização da audiência pública, que ainda não tem data marcada.

A comissão deverá realizar audiência com técnicos das empresas e representantes do Ministério das Comunicações para debater qual o sistema mais adequado para a televisão de alta definição no Brasil. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) defenderam a proposta e ficaram de encaminhar requerimento à presidência da comissão sobre o assunto.

A CE aprovou requerimento da



Debate com especialistas em televisão foi proposto pelo relator do projeto, Casildo Maldaner

senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propondo que a comissão defina um cronograma para homenagear os professores, cujo dia se comemora em 15 de outubro.

Também foi aprovado requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) propondo voto de louvor aos radialistas, cuja data comemorativa transcorreu ontem.



Audiência pública com o objetivo de discutir proposta do governo foi sugerida pelos senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos e Freitas Neto

Começa debate sobre projeto de nova Lei de Radiodifusão

A proposta do Ministério das Comunicações para nova Lei de Radiodifusão será debatida amanhã, a partir das 10h, em audiência pública conjunta promovida pela Comissão de Educação (CE) e Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática.

A audiência será realizada por iniciativa dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Freitas Neto (PFL-PI), que apresentaram requerimento

com essa finalidade. Foram convidados a participar da audiência pública o professor da Universidade de Caxias do Sul, Venício Artur de Lima; a presidente da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Elisabeth Villela da Costa; o presidente da Federação das Associações de Rádios Comunitárias, Sebastião Santos; e o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Roberto Wagner.

Funcionamento de emissoras tem pareceres favoráveis

Na reunião de ontem, a Comissão de Educação aprovou pareceres favoráveis a sete projetos de decreto legislativo autorizando a exploração de serviços de radiodifusão. As propostas referem-se a renovação de concessão da Rádio Aliança, de Concórdia (SC), e de permissões à Rádio Antártida, de Itabira (MG), e Fundação Cásper Líbero, de São Paulo (SP). Pleiteiam permissão

para operar serviços de radiodifusão a Fundação Padre Libério, em Pará de Minas (MG), Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba, em Patos de Minas (MG), e Fundação Araci Pinto, em Eunápolis (BA). A Associação Rádio Comunitária FM Cidade, por sua vez, deseja autorização para serviço de radiodifusão comunitária em Formosa do Rio Preto (BA).

Senadores examinam passivo trabalhista da antiga Manchete

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), discutiu ontem a dívida trabalhista que a Rede Ômega herdou da TV Manchete. No entendimento dos senadores presentes, o grupo que comprou a antiga TV Manchete assumiu a responsabilidade sobre os funcionários e consequentemente sobre o passivo trabalhista da empresa.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) traçou, durante a reunião, um paralelo entre a venda da TV Manchete para a Rede Ômega e o caso dos Diários Associados, conglomerado de comunicação que depois de falido teve algumas de suas empresas negociadas. Camata disse que casos como esses obrigam o Senado a elaborar uma lei que exija que, na renovação de concessões,

sempre se verifique se a empresa está em dia com as obrigações trabalhistas.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), a empresa dá lucro e não pode fugir às suas responsabilidades. A senadora lembrou ainda que, quando foi decretada a falência da Rede Manchete, o governo federal tomou a decisão de estimular a venda da empresa, no lugar de abrir uma nova concorrência, por entender que só dessa maneira estaria preservando os direitos dos funcionários.

Também compareceram à reunião que analisou a situação trabalhista da TV Ômega os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Moreira Mendes (PFL-RO).

Quintanilha apóia fim de "contratos de gaveta"

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador defende projeto que permite transferência de imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação sem que o valor da prestação seja recalculado

Tuma presta homenagem aos profissionais do rádio

Ao registrar o Dia do Rádio, comemorado ontem, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou todos os profissionais de radiodifusão, afirmando que há 78 anos a atividade presta enorme serviço em prol das comunicações e da sociedade no país.

O senador mencionou o projeto de lei que está sendo elaborado pelo Ministério das Comunicações com o objetivo de aperfeiçoar a regulamentação da radiodifusão no país e criar uma agência fiscalizadora para o setor. O projeto, conforme o senador, foi aberto a sugestões pelo ministério e já recebeu mais de mil novas propostas, que estão sendo avaliadas.

Tuma destacou a importância do rádio, especialmente no início das novas transformações tecnológicas, época em que as pessoas dispunham somente da-

quele equipamento "para ouvir notícias e manterem-se atualizadas". Atualmente, acrescentou o senador, o rádio também será muito beneficiado pelas inovações tecnológicas.



Tuma lembrou que há 78 anos o rádio presta serviços ao país

O RDS (sigla em inglês para Sistema de Rádio Digital), disse Tuma, é um dos novos sistemas que estão sendo estudados para permitir a implementação de uma janela no dial dos rádios comuns, que poderá informar o nome da rádio, a música e o intérprete, além de boletins sobre o tempo, as condições de tráfego e informações de utilidade pública.

Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se à homenagem ao 78º aniversário da radiodifusão no Brasil. Tebet cumprimentou todos os profissionais e todos que se beneficiam do rádio.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestou-se ontem, em Plenário, favorável ao projeto de lei que disciplina a transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Segundo o parlamentar, que é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto cria a possibilidade de acabar com os chamados "contratos de gaveta".

Na avaliação de Quintanilha, a proposta, de autoria do deputado José Janene (PPB-PR), permite que o vendedor de um imóvel transfira o seu bem para o nome de outra pessoa sem que o valor das prestações seja recalculado. De acordo com o senador, a situação de quem adquire um imóvel do SFH poderá, então, ser regularizada, sem que arque com valores exorbitantes.

Com o objetivo de contornar esse encargo financeiro, muitos compradores optam por deixar o imóvel no nome dos antigos proprietários, disse Quintanilha. Em decorrência, ressaltou, não se beneficiam dos seguros para os casos de invalidez ou morte que estão embutidos nas prestações.

O senador explicou que até quem vende imóvel nessas condições é prejudicado, já que, sendo possuidor de um financiamento, fica impossibilitado de adquirir novo imóvel por meio do SFH.

Quintanilha disse que, com o projeto, o comprador terá que pagar somente a taxa de transfe-



Quintanilha: compradores deixam imóvel no nome dos antigos proprietários

rência de 2,5% sobre o saldo devedor do contrato, sem que haja qualquer alteração no valor das prestações. Entre os aspectos positivos destacados pelo senador está a possível liquidação do saldo devedor pelos novos mutuários e a manutenção da proibição de que os novos proprietários possuam imóveis no mesmo município.

Em aparte, Arlindo Porto (PTB-MG) disse que já foi apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento solicitando a presença do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Emílio Humberto Carazzai, para dar explicações sobre o SFH.

Mauro aplaude ação dos vereadores

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) exaltou a importância da atuação dos vereadores brasileiros, ponto de apoio para boa parte da população que mora em cidades de pequeno e médio porte. Segundo ele, são os vereadores que atendem às tantas carências que marcam

a vida difícil de milhares de brasileiros, pois é no município que as pessoas moram e sonham.



Para Mauro, vereadores são presença positiva na vida da comunidade

O vereador, segundo Mauro Miranda, está sempre disponível para providenciar a ambulância de emergência, contornar a burocracia da aposentadoria rural, conseguir a vaga escolar ou a bolsa de estudos, a cesta básica ou o material de construção para desempregados ou famílias sem teto.

"Sua casa vira, tantas vezes, um posto de atendimento 24 horas,

onde sua família também contribui para minorar tantos problemas", disse.

Ele saudou a presença, em Plenário, de seis vereadores da cidade de Anápolis (GO) e, simbolicamente, lhes agradeceu a atenção e carinho dos vereadores do Brasil inteiro que fazem leis, fiscalizam o prefeito e são presença positiva e confiável nas angústias e vitórias de sua comunidade.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também saudou os vereadores, que, segundo ele, trabalham arduamente pela população.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — O deputado Sebastian Silva, do Uruguai, e a deputada Maria Gabriela Mayaudon, da Venezuela, falam sobre a integração latino-americana
7h30 — *Entrevista* — O subprocurador-geral da República Carlos Eduardo Vasconcelos fala sobre o Timor Leste pós-eleições
8h — Comissão de Educação (gravado)
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Audiência pública com Nelson Jobim, presidente do TSE, sobre reforma do Judiciário
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol — Depoimentos de Edmundo dos Santos Silva, presidente do Flamengo, e Antônio Augusto Dunshee de Abranches, ex-presidente do Flamengo (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — O subprocurador-geral da República Carlos Eduardo Vasconcelos fala sobre o Timor Leste pós-eleições
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Reunião conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática — Debate sobre a proposta do Ministério das Comunicações sobre nova lei de radiodifusão. 1ª Audiência Pública com os seguintes convidados: Venício

Arthur de Lima (Universidade de Coxias do Sul); Elisabeth Costa (Fenaj); Sebastião Santos (Federação das Associações de Rádios Comunitárias); e Roberto Wagner (presidente da Abratel) (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — *Na Cadência do Samba* — Interpretação: Clara Nunes — 2ª parte
Músicas destacadas: *Morena de Angola* (Chico Buarque); *Portela na Avenida* (Mauro Duarte e Paulo César Pinheiros)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
20h30 — *Na Cadência do Samba* (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Rocha saúda novos senadores do PDT

Em nome da bancada do PDT, o líder Sebastião Rocha (AP) levou a Plenário a saudação do presidente nacional do partido, Leonel Brizola, aos dois mais novos integrantes do partido, os senadores paranaenses Osmar Dias e Álvaro Dias, que deixaram o PSDB. Rocha disse que os novos filiados fortalecerão a disputa política no Paraná, onde o nome de Álvaro Dias é forte para concorrer ao governo do estado.

— Sem dúvida nenhuma esses dois senadores, com seu trabalho, têm engrandecido o Senado Federal e têm tido oportunidade de demonstrar todo seu interesse pelo coletivo e seu compromisso

pelos assuntos de elevado interesse público.

Rocha lembrou que Osmar Dias presidiu a Comissão de Assuntos Sociais "com muita competência" e que, atualmente, é vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Já o senador Álvaro Dias, acrescentou Rocha, além de outros assuntos que trabalhou com grande destaque, preside agora a CPI do Futebol.

Sebastião Rocha informou que



Rocha diz que Osmar e Álvaro Dias engrandecem trabalho do Senado

os dois senadores foram recebidos pelo partido em festa no Paraná que contou com a presença de Brizola. O senador colocou-se à disposição de Álvaro e Osmar Dias para conduzir de forma democrática os destinos da bancada pedetista no Senado.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou o PDT pelas filiações. Osmar Dias agradeceu a acolhida pelo PDT e as palavras de Sebastião Rocha.

Comissão busca saída para impasse trabalhista

Presidente da Comissão do Mercosul, senador Roberto Requião, e secretário da Receita, Everardo Maciel, se manifestaram contra implantação de indústrias maquiadoras no Paraguai para resolver problema do desemprego em Cidade do Leste

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse ontem, durante debate na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, ser contrário à implantação de indústrias maquiadoras no Paraguai, para resolver o problema do desemprego na região. Essas indústrias se limitam a montar produtos que vêm prontos do exterior, pouco ou nada adicionando a seu processo produtivo.

— Não posso ser a favor de uma proposta de geração de empregos no sudeste da Ásia — afirmou Everardo Maciel, na reunião destinada a discutir o problema trabalhista na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nas últimas semanas, brasileiros sem documentos

de imigração foram impedidos de trabalhar em Cidade do Leste.

O presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), também se posicionou contrário à implementação de indústrias maquiadoras. Ele disse que gostaria de ver empresas produzindo no Paraguai com tarifa externa zero para o Mercosul. Para Requião, não haverá tranquilidade para o “gritante problema social” dessa região de fronteira sem que haja o desenvolvimento econômico da região.

Ressaltando a “necessidade urgente” de entendimento e de diálogo, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propôs a criação de uma comissão parlamentar brasileira para ir à fron-



Audiência pública realizada ontem contou com a participação de parlamentares e autoridades locais brasileiras e paraguaias

teira dialogar com as autoridades e o povo paraguaios. A sugestão de Emilia foi parcialmente aceita por Requião. O presidente da comissão convocou reunião administrativa para elaborar soluções e propostas visando a uma

rápida solução para o conflito.

Além dos parlamentares, diversas autoridades locais, brasileiras e paraguaias expuseram suas posições. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) elogiou o trabalho de Requião, que para

ele “dinamizou completamente a comissão”.

O prefeito de Foz do Iguaçu, Celso Sanis da Silva, disse que já houve mais de 20 mil brasileiros trabalhando além da fronteira, número reduzido para 5 mil após a desvalorização do real, em 1999. Ele acusou o governo brasileiro de omissão em relação ao problema.

O prefeito de Cidade do Leste, Alcício Peralta, sugeriu a implementação da zona franca no Alto Paraná e a ampliação da Ponte da Amizade. Já o deputado nacional paraguaio Mário Ecurra disse que mão-de-obra brasileira ocupa 70% dos postos de trabalho em Cidade do Leste.

Aprovado voto de censura ao Afeganistão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) que solicita a formulação pelo Senado Federal de voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão, “apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhação pelo regime Talibã”.

Tião Viana explicou que seu requerimento foi apresentado em 6 de dezembro do ano passado e não tem qualquer relação com os atentados terroristas sofridos pelos Estados Unidos. Segundo ele, o requerimento visa apenas à defesa dos direitos humanos das mulheres afgãs.

Outro requerimento aprovado,



CRE também aprovou requerimento de Jefferson Péres convidando Celso Lafer a esclarecer posição brasileira diante da crise provocada pelo terrorismo

de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL), solicita que seja levada ao governo a posição do Senado Federal no sentido de que a política externa brasileira busque desencorajar as nações amigas quanto a atos precipitados de retaliação contra populações inocentes.

O senador e presidente da CRE, Jefferson Péres (PDT-AM), teve aprovado requerimento em que

convida o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre a posição oficial brasileira em relação à crise internacional provocada pelos atentados terroristas aos EUA. Jefferson adiantou que o ministro já se dispôs a comparecer ao Senado e o presidente da Casa, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disponibilizou o Plenário para a reunião da CRE.

Adiado para dia 3 debate com empresas aéreas

A Subcomissão de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) recebeu ontem fax do presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (Snea), George Ermakoff, solicitando o adiamento, para o próximo dia 3, da audiência pública a ser realizada com os principais dirigentes das empresas do setor.

O presidente da subcomissão, senador Moreira Mendes (PFL-RO), lamentou a atitude dos presidentes da TAM, Varig, Vasp, Gol e Transbrasil e o constrangimento causado pelo adiamento de última hora. O senador disse que neste momento de dificuldades vivido pelo setor, é preciso entender que o Senado pode contribuir

para encontrar soluções para a crise atual, agravada pelos atentados terroristas nos Estados Unidos.

No fax enviado à comissão, o presidente do Snea argumentou que os dirigentes das empresas necessitavam de mais tempo para organizar informações substanciais sobre a situação atual das companhias.

CPI examina denúncias contra ONGs no Paraná

O deputado estadual Neivo Beraldin, do Paraná, afirmou que o trabalho das ONGs Fundação O Boticário e Sociedade de Pesquisa Vida Selvagem (SPVS) em nada melhorou a vida da população dos municípios de Guaratuba, Garapuá e Antonina, no litoral do Paraná. Em audiência pública ontem na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação irregular de organizações não-governamentais, o deputado informou que há pessoas na região dizendo que as ONGs são “imobiliárias dos Estados Unidos”.

Questionado pela relatora da CPI, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o deputado afirmou não ter comprovação da origem dos recursos das ONGs, mas disse esperar que a CPI possa identificá-la.

Marluce Pinto lamentou que as ONGs não invistam seus recursos para oferecer creches, escolas ou postos de saúde para a população local. O senador Tião Viana (PT-AC) disse que fornecer estruturas de saúde e educação é função do Estado e observou que recursos estrangeiros com intenção positiva devem ser bem-vindos. Viana apresentou ainda documento do Ministério Público afirmando não ter encontrado qualquer irregularidade contábil, fiscal e administrativa na SPVS entre 1995 e 1999.

O presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), afirmou que a comissão pretende separar o joio do trigo e servirá como atestado favorável às ONGs com atuação regular.



Presidida por Mozarildo Cavalcanti e tendo Marluce Pinto como relatora, CPI ouviu depoimento do deputado estadual Neivo Beraldin, do Paraná